

## LÍNGUA E ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO: ENTRE O POLÍTICO E O IDEOLÓGICO

KESLIN CORRÊA DOS S. GALARÇA<sup>1,2\*</sup> VERÔNICA DANIELA ANDRES PRILL<sup>3\*</sup>  
CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS<sup>2,4</sup>

### 1 Introdução

O presente subprojeto caracteriza-se pela reflexão em torno de questões que perpassam a história da produção do conhecimento linguístico desenvolvido na região das missões do Rio Grande do Sul (RS), tomando por base a observação de materialidades vinculadas a discursos da e sobre a língua, as quais são consideradas como objetos históricos. Interessa-nos trabalhar com objetos históricos, a fim de realizar uma reflexão acerca do imaginário em torno da língua, sobretudo na primeira metade do século XX, em um contexto marcado pela imigração alemã, delimitando, inicialmente, o município de Cerro Largo/RS. Buscamos discutir sobre o modo como as políticas linguísticas da época afetaram e determinaram as relações entre as línguas nesse espaço de enunciação.

### 2 Objetivos

O objetivo principal da pesquisa é enfatizar a representação da língua a ser ensinada e em circulação nos documentos da época, com foco nos anos 1940. Para isso, busca-se refletir sobre o imaginário linguístico da época, analisando como as políticas linguísticas influenciaram e moldaram as relações entre as línguas no espaço de enunciação específico da região das Missões/RS. Especificamente, a pesquisa pretende discutir o impacto das políticas linguísticas sobre as relações entre as línguas na região em estudo; compreender como os instrumentos linguísticos contribuem para a cristalização dos sentidos em torno da representação da língua; explicitar os efeitos das políticas de interdição do Estado Novo na relação entre a língua e seus falantes em contextos de imigração, e entender os impactos da

1 Graduando em Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo. Contato: [keslin.galarca@estudante.uffs.edu.br](mailto:keslin.galarca@estudante.uffs.edu.br)

2 Grupo de Pesquisa: Língua(gem), discurso e subjetividade (UFFS).

3 Graduada em Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo. Contato: [veroprill0@gmail.com](mailto:veroprill0@gmail.com)

4 Orientadora: Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – *Campus* Cerro Largo/RS). Contato: [caroline.schneiders@uffs.edu.br](mailto:caroline.schneiders@uffs.edu.br)

história e da memória na representação da língua ensinada e considerada oficial nesse período.

### 3 Metodologia

Esta pesquisa está vinculada aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, articulada com a História das Ideias Linguísticas, mobilizando conceitos, como língua, discurso, memória, historicidade e ideologia. Para tanto, nosso objeto de reflexão é constituído por documentos históricos que dizem sobre a relação da língua e ensino até metade do século XX. Assim, visamos explicitar como as políticas linguísticas de interdição do Estado Novo influenciaram a relação entre a língua e seus falantes em contextos de imigração, além de revisitar o debate dos anos de 1940 sobre a denominação da língua do Brasil, retomando as discussões daquele período.

### 4 Resultados e Discussão

Considerando a história da língua portuguesa no Brasil e seguindo os pressupostos de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi, o português se formou na Europa a partir do latim na Península Ibérica, influenciado por diversos contatos culturais. Com a colonização portuguesa, em 1532, a língua chegou ao Brasil, onde interagiu com línguas indígenas e africanas, tornando-se, ao longo do tempo, oficial e nacional. Esse processo histórico pode ser dividido em quatro períodos: o estabelecimento inicial do português até 1654, marcado por influências indígenas e africanas; a consolidação do português com a chegada da família real em 1808; e o debate sobre a língua nacional após a Independência, que culminou, em 1826, com a formalização do português como língua da nação brasileira (GUIMARÃES, 2005).

Levando em conta as mudanças na língua portuguesa, especialmente no contexto da imigração, e focalizando no município de Cerro Largo/RS, que foi colonizado em 1902 (DEWES, 1966), sobretudo, por descendentes de imigrantes alemães, observamos que, atualmente, o português é a língua mais falada na cidade. No entanto, a língua alemã ainda desempenha um papel importante, sendo utilizada por muitos moradores em suas comunicações diárias, muitas vezes mesclando-a com o português.

Como nosso interesse é abordar a questão da língua, especialmente no contexto do ensino, a pesquisa em materiais históricos da região explicitou que “Em todas as localidades,

os colonos construíam uma escola comunitária-particular, denominada, em língua alemã, de "Pfarschule" (HATWIG, 2008, p. 39). Essas escolas eram construídas e mantidas pela comunidade. Devido à escassez de professores qualificados, geralmente escolhia-se uma pessoa mais letrada da própria comunidade ou de fora dela para exercer a função de professor. Encontrar professores era uma tarefa difícil, e, em geral, eles eram ex-seminaristas ou ex-estudantes de internatos religiosos. Ainda, destaca-se a construção das capelas-escola que eram vinculadas à igreja. Segundo o professor Bertino Paulo Hatwig, a primeira delas foi construída em 1912.

Inicialmente, o ensino do povoamento era ministrado em língua alemã. Porém, com o passar dos anos, foi introduzido o idioma nacional, especialmente, em 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas impôs ao país o chamado "Estado Novo". Esse cenário se intensificou durante a 2ª Guerra Mundial, quando o uso do alemão foi totalmente proibido, resultando em prisões e perseguições. As famílias, temendo represálias, sentiam-se acuadas em suas próprias propriedades, que eram frequentemente investigadas.

Durante a 2ª Guerra Mundial, o uso da língua alemã foi totalmente proibido e gerava motivos para prisão. Isto causou muitos transtornos e as famílias se sentiam completamente acuadas em suas propriedades, onde também eram seguidamente investigadas. Todo material escolar, revistas e livros foram destruídos, escondidos ou enterrados, o que causou um enorme prejuízo ao patrimônio cultural-histórico. (HATWIG, 2008, p.40).

Conforme Orlandi (2005), durante o regime do Estado Novo, o governo brasileiro implementou políticas de nacionalização que visavam promover a língua e a cultura brasileiras, resultando no silenciamento das línguas e culturas dos imigrantes, principalmente dos alemães. Uma das principais medidas foi a imposição do controle estatal sobre as escolas rurais, anteriormente geridas por comunidades e igrejas, para regulamentar o ensino e garantir que a língua portuguesa fosse a única língua de instrução. Dessa forma, as escolas tornaram-se instrumentos ideológicos do Estado, promovendo uma educação que reforçava a identidade nacional brasileira, ao mesmo tempo que marginalizava as práticas culturais e linguísticas dos imigrantes.

Uma das ações do Estado Novo, foi a implementação das Escolas Normais Rurais, como, por exemplo, a Escola Normal Rural La Salle, em Cerro Largo, em 1941, que ocorreu em resposta à necessidade de formar professores especializados na educação rural, atendendo

às demandas específicas das comunidades rurais brasileiras. Durante o Estado Novo, marcado pela centralização do poder e pela modernização do país, essas escolas foram integradas ao projeto de desenvolvimento nacional do governo Vargas. O governo via a educação rural como um meio de transformação social, preparando cidadãos conscientes e produtivos que contribuíssem para a modernização das comunidades rurais. Assim, as Escolas Normais Rurais não apenas alfabetizavam, mas também formavam professores comprometidos com a valorização do trabalho rural e alinhados aos objetivos do Estado Novo de promover a industrialização e a urbanização do Brasil. (WERLE; BRITO, 2006).

Essas políticas do estado são relevantes, pois permitem compreender como o ensino é determinado pela ideologia dominante da época, a qual se vinculava ao imaginário de língua homogênea para constituir uma nação, determinando a língua em circulação nos espaços de enunciação. Segundo Guimarães (2002, p.18), um *espaço de enunciação* pode ser entendido como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”. Nesse contexto, há um funcionamento histórico na linguagem que não é totalmente visível nem completamente apagado, e que se concretiza nas práticas discursivas.

## 5 Conclusão

Seguindo os pressupostos de Orlandi (2005), podemos concluir que “O discurso sobre a língua é um lugar de observação interessante para conhecermos a história das políticas de língua que vão-se dando ao longo dos tempos e sobretudo durante diferentes regimes de governo” (p. 27). Uma das formas de compreender o funcionamento do discurso sobre a língua é analisando a(s) política(s) linguística(s). No Brasil, um dos exemplos mais marcantes é, portanto, o período do Estado Novo, correspondente ao regime de Getúlio Vargas (1937-1945). Esse foi um período autoritário, caracterizado por uma forte tendência centralizadora. O movimento, fundamentado no nacionalismo, exercia um controle rigoroso sobre os meios de comunicação. Com o objetivo de modernizar o país, o governo, como é típico dos regimes autoritários, impunha uma severa censura sobre a cultura. Nesse contexto, o controle sobre a educação também era extremamente rígido.

Ainda segundo Orlandi (2005), “a língua desempenha um papel importante na relação entre língua e nação. É contra a língua materna dos imigrantes que Getúlio lança seus

decretos, procurando assim, em seu discurso militante nacionalista, dar lugar a uma só língua materna, a brasileira, que em seu discurso é a língua nacional” (ORLANDI, 2005, p. 32). A interdição da língua alemã foi uma dessas políticas que refletiu a ideologia de promover a nacionalização e a disseminação da língua portuguesa em todo o território brasileiro. Essas medidas visavam suprimir as línguas maternas dos imigrantes, como o alemão, e fortalecer a identidade nacional através da unificação linguística.

Além disso, a formação de professores para o meio rural e o debate sobre a educação primária rural foram aspectos centrais que moldaram o cenário educacional da região. No contexto de Cerro Largo, essas políticas não só afetaram diretamente as práticas educativas, mas também tiveram um impacto duradouro nas práticas discursivas dos imigrantes alemães. A imposição do português como única língua oficial contribuiu para o silenciamento linguístico da comunidade, restringindo o uso da língua alemã e alterando profundamente a relação entre os imigrantes e sua língua materna.

Assim, as políticas linguísticas e educacionais do Estado Novo deixaram marcas profundas no ensino e na cultura de Cerro Largo. Compreender esses aspectos históricos é essencial para refletir sobre o legado dessas políticas e suas repercussões na educação local até os dias atuais.

### Referências Bibliográficas

- DEWES, Miguel José. **A história de Cerro Largo**. Porto Alegre: Editora da Alvorada, 1966.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Ed. Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Revista Ciência Cultural**, São Paulo, v. 57, n.2, p. 24-28, 2005.
- HATWIG, Paulo Bertino. **Vila Santa Catarina - Berço da COOPEROQUE**: evolução histórico-sociológica. 2008.
- ORLANDI, E. P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). **Línguas e instrumentos linguísticos**, n.15, p.27-33, 2005.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cutrix; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- SCHNEIDERS, Caroline Mallmann; HEINZMANN, Yasmin Schreiner. A escola e a interdição da língua dos imigrantes alemães nas Missões do RS. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 42, p. 72-94, 2018.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá. O professor e a escola para a zona rural: concepções e desdobramentos em uma escola normal rural. **Revista Contexto & Educação**, ano 21, n. 75, p. 109-129, jan./jun. 2006.
- Palavras-chave:** Políticas Linguísticas; Língua Alemã; Imigração.
- Nº de Registro no sistema Prisma:** PES - 2023 - 0560
- Financiamento:** Bolsa Institucional - PIBIC/CNPq